

*CEE SP - Clipping de Educação
17 de janeiro de 2018*

Sumário

<i>Base Nacional Comum Curricular - BNCC.....</i>	<i>2</i>
<i>Conselho Estadual de Educação - SP.....</i>	<i>2</i>
<i>Conselho Nacional de Educação - CNE.....</i>	<i>3</i>
<i>Diversos.....</i>	<i>3</i>
<i>Educação a Distância.....</i>	<i>4</i>
<i>Educação Básica.....</i>	<i>5</i>
<i>Educação Brasileira.....</i>	<i>5</i>
<i>Educação Infantil.....</i>	<i>7</i>
<i>Educação Superior.....</i>	<i>7</i>
<i>Ensino Médio.....</i>	<i>8</i>
<i>Ensino Público - SP.....</i>	<i>10</i>
<i>Ensino Técnico e Tecnológico.....</i>	<i>10</i>
<i>Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.....</i>	<i>10</i>
<i>Legislação Estadual - SP.....</i>	<i>11</i>
<i>Legislação Federal.....</i>	<i>14</i>
<i>Pesquisas, Estatísticas.....</i>	<i>20</i>
<i>Plano Nacional de Educação - PNE.....</i>	<i>21</i>
<i>Política, Projetos.....</i>	<i>22</i>
<i>Universidades Estaduais Paulistas.....</i>	<i>22</i>
<i>Universidades Públicas Brasileiras.....</i>	<i>23</i>

Base Nacional Comum Curricular - BNCC

MEC inicia debates para implantar Base Nacional Comum Curricular

O Ministério da Educação (MEC) escolheu o Ceará para começar a elaborar as estratégias de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental. As diretrizes, que definem a aprendizagem essencial que todos os alunos, tanto na rede pública como particular, devem adquirir na escola, foram homologadas em dezembro e entram em vigor em janeiro de 2019.

Agência Brasil

Vide também:

Anexo – Texto BNCC - Versão aprovada em 15 de dezembro de 2017

Gravação da Sessão do Conselho Pleno do dia 15 de dezembro de 2017

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

CNE

Mitos e Fatos da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular está sendo construída desde 2015 com contribuições de toda a sociedade. No final de 2017, o documento foi homologado pelo Ministério da Educação. Agora, as redes públicas e privadas começam a trabalhar na sua implementação. Há muitas dúvidas sobre o que é e o que não é esta política pública. Aqui você pode fazer o download de um material especial que te ajudará a entender os mitos e os fatos da BNCC. Aproveite!

Quero conhecer os mitos e fatos da BNCC

Movimento pela Base

Editorial: O desafio de implementar a base curricular

"Todas as mudanças esperadas passam pelo desafio de tirar a BNCC do papel, atitude que dependerá muito da formação, valorização e atuação dos professores", afirma o jornal

Folha de Londrina (Abre Livros)

Vide também:

Ensinos comuns, vivências diferentes (Folha de Londrina)

Pesquisa reforça méritos da nova Base Curricular (Veja)

Deputados da Comissão de Educação apontam problemas na Base Nacional Comum Curricular

Ságuas Moraes avalia que haverá dificuldade na implantação das novas regras para os ensinos infantil e fundamental homologadas na quarta-feira. Para Izalci Lucas, há necessidade de mais recursos para garantir qualidade na educação

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dos ensinos infantil e fundamental repercutiu entre parlamentares da Comissão de Educação da Câmara, que já apontam algumas dificuldades. Depois do aval do Conselho Nacional de Educação (CNE), na semana passada, a BNCC foi homologada na quarta-feira (20) pelo ministro da Educação, Mendonça Filho.

Agência Câmara de Notícias

Conselho Estadual de Educação - SP

Portaria CEE-GP-650, de 15-12-2017

Renova o Reconhecimento dos Cursos das Instituições que obtiveram conceito igual ou superior a 4 (quatro), considerando o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE de 2016.

DOE de 11/01/2017, Seção I, p. 37 (Republicação)

Conselho Nacional de Educação - CNE

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017

Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 41 – 44 (Formato HTML)

Vide também:

Parecer CNE/CP nº 15/2017, aprovado em 15 de dezembro de 2017 - Base Nacional Comum Curricular – BNCC (CNE/CP).

Parecer CNE/CEB 06/2017

Consulta sobre formalidades nos certificados e diplomas emitidos por instituições de Educação Superior ofertantes de cursos pelo PRONATEC.

CNE

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 44 (Súmula Republicação)

Parecer CNE/CEB 04/2017

Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural, referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino de Educação Básica e de Educação Superior em todo o território nacional.

CNE

DOU de 12/01/2018, Seção I, p. 12 (Homologação)

Diversos

IMPA e SBM lançam relatório sobre a Matemática brasileira

O documento tem por objetivo mostrar a excelência brasileira na área no período em que o País celebra o Biênio da Matemática

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em parceria com a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) lançou nesta semana o relatório “A Matemática Brasileira 2018”. A publicação, disponível em inglês, traz um panorama da Matemática no País e conta sua evolução ao longo das últimas décadas, mostrando o progresso alcançado no ensino fundamental, na graduação, na pós-graduação, nas pesquisas realizadas no Brasil e por meio de cooperação internacional, bem como sua importância no cenário mundial.

Para ler o documento, acesse **A Matemática Brasileira 2018**.

Jornal da Ciência

Nem 4% de nossos jovens dominam a matemática

Artigo de Marcelo Viana, matemático e diretor-geral do Impa, para a Folha de S. Paulo
No lançamento do Instituto Serrapilheira, no Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), em março de 2017, Branca e João Moreira Salles foram questionados sobre o que os levava a investir parte do patrimônio no financiamento da ciência e da disseminação da cultura científica.

João contou a história de quando se surpreendeu com o tamanho de sua turma no curso de Cinema na PUC-Rio: 30 alunos. Pareceu-lhe excessivo, em um país que nem sequer tem indústria cinematográfica. Cruzou o campus para descobrir quantos estudavam matemática: eram apenas dois. “Um país que forma muito mais cineastas que matemáticos caminha para a catástrofe a qual será muito bem filmada, sem dúvida, mas continuará sendo uma catástrofe”, concluiu.

Folha de S. Paulo

Conselho de Biblioteconomia publica nota de repúdio contra decreto que extingue cargo de bibliotecário no serviço público

O CFB, por meio da sua Assessoria Jurídica, estuda reverter o Decreto para assegurar a manutenção dos cargos que foram extintos

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) emitiu, no dia 12 de janeiro, uma nota de repúdio contra a medida sancionada pelo presidente Michel Temer, Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018, que extinguiu mais de 60 mil cargos públicos de nível federal. A entidade critica especialmente a extinção dos cargos de bibliotecário, que, segundo a nota, é “imprescindível para o funcionamento das bibliotecas, centros de documentação e outros equipamentos de cultura”.

Jornal da Ciência

Casa Caetano de Campos: um mergulho no mundo da educação

Com o acréscimo do acervo de antiguidades do Centro de Referência em Educação Mário Covas, o edifício sede da secretaria amplia número de atrações disponíveis.

DOE de 10/01/2018, p. IV

Criada a 1ª Rede Nacional de Associações de Inovação

A Rede tem como objetivo fomentar ações de cooperação para promover o desenvolvimento, a tecnologia e a inovação entre os associados de todas as instituições, sendo eles empresas, organizações públicas e privadas, universidades ou outras instituições

A Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotora de Empreendedores Inovadores), a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti) e outras seis entidades voltadas à inovação assinaram um memorando que oficializou a criação da Rede Nacional de Associações de Inovação (RNAI), uma iniciativa inédita no Brasil. A cerimônia ocorreu durante o Café da Manhã Anprotec & Parceiros, realizado na última quinta-feira (7), em Brasília (DF).

Metrópoles

Por que artigos científicos são mais citados do que se pensa, segundo esta pesquisa

Revista Nature realizou uma ampla análise dos trabalhos publicados entre 1980 e 2015, acompanhados pela plataforma Web of Science

Qualquer novo conhecimento científico é criado com base naquilo que outros estudaram anteriormente. Cientistas reconhecem isso, e citam formalmente em seus trabalhos acadêmicos as pesquisas nas quais se basearam. Isso é uma forma de garantir que suas conclusões são consistentes, e que é possível refazer os passos até chegar a elas.

Nexo

Educação a Distância

Número de polos de ensino a distância aumenta quase 90%

O crescimento acelerado levanta questionamentos sobre a qualidade do ensino a distância, uma vez que muitas faculdades estão entrando nesse mercado sem ter experiência e com pouco investimento

O número de polos de ensino a distância no País aumentou quase 90% nos seis primeiros meses de vigência das novas regras do governo para abertura dessas unidades, usadas para realização de provas e aulas. O Ministério da Educação (MEC) publicou decreto flexibilizando as normas em junho do ano passado. Na época, havia 7,1 mil polos cadastrados. Em dezembro, esse número quase dobrou para 13,2 mil.

O crescimento acelerado levanta questionamentos sobre a qualidade do ensino a distância, uma vez que muitas faculdades estão entrando nesse mercado sem ter experiência e com pouco investimento. Há instituições de ensino que cobram R\$ 49 pela primeira mensalidade ou matrícula de cursos a distância. “Até o mercado se ajustar, algo que deve durar de três a quatro anos, haverá, sim, um impacto negativo na qualidade do ensino. É muito difícil oferecer cursos de qualidade com mensalidades tão baixas”, diz Ryon Braga, sócio da Atmã Educar, consultoria especializada em ensino híbrido, que mescla aulas presenciais e on-line, e conselheiro da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Valor Econômico

Educação Básica

MEC cria programa para reverter estagnação na aprendizagem

Entre as principais ações estão a garantia do assistente de alfabetização ao professor em sala. A expectativa é atender a 4,6 milhões de estudantes em 200 mil turmas em todo o País. O investimento será de R\$ 523 milhões em 2018

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União de sexta-feira, 5, a portaria nº 4/2018, que institui o Programa Mais Alfabetização. O objetivo é fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental. Entre as principais ações estão a garantia do assistente de alfabetização ao professor em sala. A expectativa é atender a 4,6 milhões de estudantes em 200 mil turmas em todo o País. O investimento será de R\$ 523 milhões em 2018.

MEC

‘Brasil não tem histórico de ações efetivas contra o analfabetismo’, diz especialista

Segundo dados divulgados pelo IBGE, o País ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais

De acordo com especialistas, o Brasil não tem políticas ou ações efetivas de combate ao analfabetismo de jovens e adultos. Além de essa lacuna ser histórica, eles indicam que é preciso vontade política para diminuir as disparidades educacionais entre as regiões do País – a taxa de analfabetismo é de 14,8% no Nordeste, enquanto no Sudeste é de 3,8%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta quinta-feira. De acordo com o levantamento, o Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e se referem ao ano de 2016.

O Globo

Educação Brasileira

Corte de verba na educação: um veto ao futuro do Brasil

“O veto de R\$ 1,5 bilhão para o orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), realizado pelo

presidente Michel Temer no último dia 3, é uma confirmação de que o governo brasileiro ainda não entendeu que o desenvolvimento do País só acontecerá, de fato, quando a educação for nossa prioridade máxima”

Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), amplamente divulgado pela imprensa, revelou que o Brasil gasta US\$ 3,8 mil (cerca de R\$ 11 mil) por aluno do ensino fundamental, por ano. Parece muito? Não é.

A importância representa menos da metade do valor médio desembolsado com cada estudante nessa fase escolar, pelos países da OCDE (cerca de US\$ 8,7 mil). Quando comparado com os investimentos dos anos finais do fundamental, o País fica em penúltimo lugar no ranking. Isso sem falar do investimento necessário para que nossas escolas tivessem uma infraestrutura parecida com as das instituições dos outros países da organização.

Metrópoles

Veto ao Fundeb simboliza ausência de visão sobre o papel da Educação para o desenvolvimento do País

Ao sancionar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018, o único veto realizado pelo presidente Michel Temer foi, justamente, à verba complementar de R\$ 1,5 bilhão ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Essa verba complementar havia sido aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2017 após uma reestimativa de receitas

O ano começa com um infeliz reforço de que a Educação Básica não é considerada como pilar estratégico para o desenvolvimento do País. Ao sancionar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018, o único veto realizado pelo presidente Michel Temer foi, justamente, à verba complementar de R\$ 1,5 bilhão ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Essa verba complementar havia sido aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2017 após uma reestimativa de receitas que permitiu a alocação de R\$ 4,4 bilhões em despesas que estão fora do limite de gastos primários.

O Estado de S. Paulo

Vide também:

Veto a verba extra para Fundeb mostra falta de prioridade, dizem educadores - **Valor Econômico**

O que esperar para a educação brasileira em 2018?

Tudo indica que 2018 será um ano agitado. Em outubro, os brasileiros deverão definir o futuro político do País a partir das eleições presidenciais, de governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais e a educação deve aparecer como mote de diversas campanhas.

Além disso, em 2017, o país passou por dois grandes marcos no campo educacional: a Reforma do Ensino Médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Educação Integral

Ano de eleições: você vota pela Educação?

“Cada eleição é uma chance de renovar a vigilância sobre o que está no radar dos futuros gestores públicos para a Educação. O voto é fundamental, mas a cobrança deve se estender por todo o mandato”

Ano eleitoral, como este que se inicia, costuma ser ano de promessas. Mostra a tradição brasileira que, em sua maioria, tais promessas não se cumprem. Por isso, é preciso refletir muito antes de definir o voto. A disputa deste ano definirá não apenas a Presidência da República, mas o governo e o legislativo dos estados e do Distrito Federal, bem como o Congresso Nacional. Os compromissos assumidos em planos de governo, tornados públicos em horários ou debates eleitorais, servirão de baliza para a população escolher quem merece

representá-la politicamente – além de receber atualmente dos cofres públicos salários de em média 20 mil reais (governador), 25 mil (deputado estadual); 30 mil (presidente), 33 mil (deputado federal e senador).

O Globo

“Liberdade de ensinar é condição para melhorar nosso debate democrático”

Amanda Travincas, autora de tese premiada sobre a liberdade acadêmica, critica o Escola Sem Partido: “Garantir sala de aula livre não é limitar a expressão do professor, mas fazê-la coexistir com a do aluno”

Nos últimos anos, iniciativas inspiradas no projeto Escola Sem Partido, cujo objetivo é “eliminar a doutrinação ideológica nas escolas”, tem surgido em vários Estados e municípios brasileiros. Alagoas foi o primeiro a aprovar uma lei do tipo, já em 2015, para instituir o programa Escola Livre, posteriormente suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele proibia qualquer conduta por parte do corpo docente ou da administração escolar que “imponha ou induza aos alunos opiniões político-partidárias, religiosa ou filosófica”. O município de São Paulo, por sua vez, está com um projeto pronto para ser votado na Câmara, que também afirma que o professor da rede pública municipal deverá se abster de “introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais”.

El País

A queima cognitiva das crianças brasileiras: pior que a da Amazônia

Artigo dos professores Sergio Mascarenhas e Isaac Roitman, para o Jornal da Ciência
Há uma preocupação mundial com a destruição da Floresta Amazônica. Os índices de derrubada das árvores são acompanhados e anunciados na grande mídia mundial. Entretanto o mesmo não ocorre com uma devastação mais terrível ainda, que é a queima cognitiva das crianças brasileiras. Na área educacional, o Brasil continua andando para trás, como demonstram os indicadores de avaliação de educação básica.

O correto seria aumentar o investimento em educação. Porém o investimento em educação do governo federal terá uma redução de 32% em 2018 em relação a 2017. Isso certamente vai ferir mortalmente o Plano Nacional de Educação. Escolher o caminho da contramão certamente acabará em tragédia.

Jornal da Ciência

Educação Infantil

‘Só o acesso à educação infantil não é suficiente’, diz pesquisadora

Qualidade do ensino é fundamental para o desenvolvimento das crianças, defende pesquisadora de Harvard

Pesquisadores de cinco universidades americanas acreditam que chegaram à resposta final para uma pergunta que há anos é debatida no meio acadêmico: educação infantil realmente funciona? Eles analisaram 22 estudos publicados entre 1960 e 2016, e concluíram que, sim, pode ser benéfica e seus impactos durarem por toda a vida escolar da criança. No entanto, o benefício depende da qualidade da educação ofertada. Dana McCoy, professora da Escola de Educação da Universidade Harvard, liderou a pesquisa que identificou que crianças com acesso à educação infantil de qualidade tiveram menos necessidade de reforço escolar, menor índice de repetência e mais chances de se formarem no ensino médio. Ela conversou com o Estado sobre esses desafios.

O Estado de S. Paulo

Educação Superior

Distúrbios na academia

Universidades trabalham no desenvolvimento de estratégias de prevenção e atendimento psicológico de alunos de graduação e pós-graduação

O caso de um estudante de doutorado que se suicidou nos laboratórios do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP), em agosto deste ano, colocou em evidência a discussão sobre as pressões enfrentadas pelos que optam por seguir a carreira acadêmica e os distúrbios psicológicos relacionados à vida na pós-graduação. Esse é um assunto que aos poucos começa a ser mais discutido no Brasil. No entanto, ainda são poucas as universidades brasileiras que investem na criação de centros de atendimento psicológico aos seus estudantes de graduação e pós-graduação.

O problema é mundial. Na Bélgica, um estudo publicado em maio na revista Research Policy verificou que um terço dos 3.659 estudantes de doutorado das universidades da região de Flandres corria o risco de desenvolver algum tipo de doença psiquiátrica.

Em 2014, um estudo da Universidade da Califórnia em Berkeley, nos Estados Unidos, constatou que 785 (31,4%) de 2.500 estudantes de pós-graduação apresentavam sinais de depressão. O estudo fazia parte de um trabalho mais amplo, desenvolvido desde 1994, quando se constatou que 10% dos pós-graduandos e dos pesquisadores em estágio de pós-doutorado da universidade já haviam considerado se suicidar.

Revista Pesquisa Fapesp

Capex recomenda descredenciamento de 43 cursos de mestrado e doutorado no País

USP, UFRJ e UnB são as que tiveram o maior número de cursos com recomendação de suspensão

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomendou o descredenciamento de 43 cursos de mestrado ou doutorado no País. A Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UnB) foram as instituições com o maior número de recomendações de suspensão, 5 e 4, respectivamente.

A avaliação quadrienal feita pela órgão e o Ministério da Educação (MEC) foi divulgada nesta quarta-feira, 20. Os cursos com recomendação de descredenciamento perdem a validade nacional de seus diplomas para os novos alunos – aqueles que já estão cursando, terão o diploma validado. Na prática, isso significa o fechamento do programa.

O Estado de S. Paulo

Cursos interinstitucionais terão regulamento mais ágil

A Capes revogou ontem, 21, a Portaria nº 237/2017 e o Edital nº 44/2017, que normatizam os programas. Inscrições de propostas devem aguardar as novas regras

Os cursos de Mestrado Interinstitucional (Minter), Doutorado Interinstitucional (Dinter) e Turma Fora de Sede contarão com um regulamento mais dinâmico em 2018. Para atualizar as normas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) revogou hoje, 21, a Portaria nº 237/2017 e o Edital nº 44/2017, que normatizam os programas. Inscrições de propostas devem aguardar as novas regras.

Minter e Dinter são turmas de mestrado e de doutorado acadêmico especiais, ofertadas por uma instituição de ensino superior nas dependências de outra. Já as Turmas Fora de Sede são o equivalente do Minter nos cursos de mestrado profissional. O objetivo dos programas é ampliar a oferta de pós-graduação stricto sensu em regiões afastadas dos centros consolidados de pesquisa no País – ou mesmo no exterior.

Capes

PEC estabelece conteúdo mínimo para o ensino médio

A proposta (PEC 48/2007) que trata do assunto está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje, a Constituição determina um conteúdo mínimo fixo apenas para o ensino fundamental

Conteúdos mínimos que assegurem a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, podem se tornar obrigatórios no ensino médio. A proposta (PEC 48/2007) que trata do assunto está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje, a Constituição determina um conteúdo mínimo fixo apenas para o ensino fundamental.

PEC 48/2007

Agência Senado

Opinião: Os desafios educacionais e o novo modelo do Ensino Médio

"Para formar cidadãos protagonistas da própria vida e uma sociedade com diferenças minimizadas, as escolas precisam incluir nos projetos educacionais temas como cidadania e sustentabilidade", afirma Aldivina Américo de Lima

JUnião

O que os alunos esperam da reforma do Ensino Médio

O movimento **Quero Na Escola** conversou com estudantes para saber o que eles pensam sobre a Reforma do Ensino Médio e a necessidade de escolher seu itinerário de aprendizagem, uma das mudanças mais significativas.

As alterações para as escolas adaptarem-se à reforma devem começar já este ano. Sancionada pelo presidente Michel Temer (PMDB) em fevereiro de 2017, a medida gerou polêmicas e insatisfações, sobretudo entre parte significativa dos estudantes, que se **mobilizaram contra a reforma do Ensino Médio**.

Educação Integral

A incógnita do Ensino Médio

Na análise de Olavo Nogueira Filho, diretor de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação, experiências internacionais mostram que a flexibilidade da etapa final da Educação Básica é um caminho positivo para abarcar os diversos interesses dos jovens, seja entrar para uma faculdade ou seguir para o mercado de trabalho

As mudanças decorrentes da reforma do ensino médio ainda não deverão ser colocadas em prática este ano. A previsão do Ministério da Educação (MEC) é de que o novo formato do currículo para esta etapa do ensino comece a ser implantado nas escolas brasileiras a partir de 2019, já que parte da definição sobre o que deverá ser ensinado depende da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Principais alterações

Confira as alterações que devem entrar em vigor com a implantação do novo ensino médio

- » Disciplinas optativas: fica a critério de a escola incluir artes, educação física, filosofia e sociologia;
- » Carga horária: 60% da carga horária serão para conteúdos definidos na BNCC do ensino médio e 40%, optativos;
- » Inglês: será obrigatório a partir do 6º ano do ensino fundamental em todas as escolas;
- » Ensino integral: a carga horária será ampliada até atingir 1,4 mil horas anuais progressivamente;
- » Ensino técnico: o estudante poderá optar por uma formação técnica e profissional dentro da carga horária;
- » Professores: será permitido que as escolas contratem "profissionais de notório saber"

Correio Braziliense (DF)

Ensino Público - SP

Cresce número de alunos estrangeiros na rede estadual de ensino de São Paulo

Em São Paulo, mais precisamente na rede estadual de ensino, alunos de diferentes lugares do mundo conquistam seu espaço diariamente ao lado de estudantes brasileiros, formando verdadeira rede de várias culturas. O destaque é para os bolivianos – mais de quatro mil – seguidos de 1,2 mil japoneses, cerca de 550 angolanos e perto de 540 haitianos. Eles totalizam, juntos, 10.298 estrangeiros matriculados na capital e interior, no ano passado, segundo dados de novembro do Cadastro do Aluno da Secretaria da Educação.

DOE de 170/01/2018, p. II

Educação divulga calendário escolar de 2018

Os alunos das cerca de 5 mil unidades dos ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos da rede estadual entraram em férias no dia 21. De acordo com o calendário escolar do próximo ano, já definido e divulgado na edição do dia 7-12 do Diário Oficial do Estado pela Secretaria da Educação, as aulas retornarão no dia 1º de fevereiro e seguirão até o dia 27 de junho. O recesso do meio do ano está marcado para terminar no dia 1º de agosto.

DOE de 03/01/2017, p. I

Ensino Técnico e Tecnológico

Plataforma reunirá dados sobre o ensino técnico e tecnológico

O Ministério da Educação publicou nesta quinta-feira, 4, portaria que cria a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas (Revalide). O objetivo é reunir os dados completos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que conta com mais de 640 unidades de ensino, e assim subsidiar a avaliação dos processos educacionais, de forma a promover a qualidade educacional e tornar mais eficiente a gestão dos programas e das políticas públicas em educação profissional e tecnológica. Tudo será realizado de forma colaborativa com integrantes da própria Rede e coordenado pelo MEC.

MEC

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Apesar de cortes, institutos federais lideram nota do Enem em 14 Estados

De 2015 a 2017, os repasses para essa rede, que conta com 644 campi e 878 mil alunos (64% de ensino médio), caíram 14%, com valores corrigidos pela inflação

O desempenho dos alunos de ensino médio de institutos federais no Enem 2016 colocou unidades da rede no topo das escolas públicas em 14 Estados. Apesar de representarem uma elite da escola pública de ensino médio, referência em educação técnica, os institutos têm sofrido com queda de orçamento.

De 2015 a 2017, os repasses para essa rede, que conta com 644 campi e 878 mil alunos (64% de ensino médio), caíram 14%, com valores corrigidos pela inflação. No ano passado, recebeu R\$ 3,1 bilhões, segundo o governo.

Folha de S. Paulo

Homens têm 72% das mil melhores notas do Enem

Eles têm as melhores notas em todas as áreas, mas a diferença é ainda maior em Matemática. Mais de 70% dos estudantes que tiraram as mil maiores notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são meninos. No entanto, as meninas são maioria entre os candidatos. Dados tabulados pelo 'Estado' mostram ainda que o total de jovens do sexo masculino se sai melhor

nas quatro áreas cobradas pela mais importante avaliação do País. A maior diferença está nos exames de Matemática e Ciências da Natureza.

Os resultados indicam também disparidade de desempenho entre as raças. Garotas negras (pretas e pardas), que são a maior parte dos inscritos no Enem, representam só 6% das notas mais altas. O meninos brancos são quase 50% dessa “elite” da prova e 15% dos candidatos.

O Estado de S. Paulo

Legislação Estadual - SP

Lei Complementar nº 1.314, de 28 de dezembro de 2017

Altera a **Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009**, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

DOE de 29/12/2017, Seção I, p. 1

Lei nº 16.646, de 11 de janeiro de 2018

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2018.

DOE de 12/01/2018, Seção I, p. 1 – 3

DOE de 12/01/2018, Suplementos, p. 1 – 190

Autógrafo nº 32.177

Institui normas disciplinadoras das relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e dá outras providências.

DOE Poder Legislativo de 11/01/2018, p. 11

Vide **Projeto de lei nº 179, de 2004**

Autógrafo nº 32.178

Dispõe sobre o pagamento das aulas vagas (“horários-janela”), a todos os professores das escolas públicas e privadas no Estado.

DOE Poder Legislativo de 11/01/2018, p. 11

Vide **Projeto de Lei nº 56, de 2014**

Autógrafo nº 32.141

Projeto de lei complementar nº 33, de 2017

Altera a **Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009**, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

DOE Poder Legislativo de 21/12/2017, p. 17

Autógrafo nº 32.133

Projeto de lei nº 171, de 2017 Autor: Deputado Milton Vieira - PRB

Dispõe sobre a inclusão da disciplina "xadrez" nas grades curriculares de ensino fundamental e médio das escolas da rede pública do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

DOE Poder Legislativo de 21/12/2017, p. 16

Autógrafo nº 32.122

Projeto de lei nº 549, de 2017 Autor: Deputado Edson Giriboni - PV

Dispõe sobre a instituição da Campanha de Educação Digital no âmbito do Estado.

DOE Poder Legislativo de 20/12/2017, p. 14

Decreto nº 63.152, de 15 de janeiro de 2018

Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2018 e dá providências correlatas.

DOE de 16/01/2018, Seção I, p. 1 – 24

Decreto nº 63.146, de 9 de janeiro de 2018

Estabelece diretrizes e restrições, aplicáveis no exercício de 2018, para as despesas que especifica no âmbito do Poder Executivo.

DOE de 10/01/2018, Seção I, p. 3

Revoga o **Decreto nº 62.409, de 2 de janeiro de 2017**

Decreto nº 63.140, de 4 de janeiro de 2018

Dá nova redação ao inciso I do artigo 8º do **Decreto nº 34.064, de 28 de outubro de 1991**, de regulamentação da **Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991**, que institui o auxílio-alimentação

DOE de 05/01/2018, Seção I, p. 1

Decreto nº 63.139, de 4 de janeiro de 2018

Fixa o valor do auxílio-alimentação, instituído pela **Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991**.

DOE de 05/01/2018, Seção I, p. 1

Veto ao Projeto de Lei nº 411, de 2013

Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Centro Avançado de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

ALESP

DOE de 06/01/2018, Seção I, p. 1 – 3

Veto Total ao Projeto de Lei nº 171, de 2017

Dispõe sobre a inclusão da disciplina Xadrez nas grades curriculares de Ensino Fundamental e Médio das escolas da Rede Pública do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

DOE de 13/01/2018, Seção I, p. 4

Vide **Detalhes do Projeto**

Despachos do Governador, de 4-1-2018

No processo SE-59-16 (CC-46.996-16), sobre autorização para a contratação por tempo determinado: "À vista dos elementos de instrução do processo, com fundamento no inc. X do art. 115 da Constituição do Estado e na LC 1.093-2009, regulamentada pelo Dec. 54.682-2009, autorizo, em caráter excepcional, comprovada a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Secretaria da Educação a adotar as providências necessárias para a contratação, por tempo determinado e pelo prazo máximo de 3 anos, de 449 Professores de Educação Básica I e 1.207 Professores de Educação Básica II, mediante a realização de processo seletivo simplificado que fica autorizada a realizar, observadas as disponibilidades orçamentárias e obedecidos os demais preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie."

DOE de 05/01/2018, Seção I, p. 1

Comunicado SE s/nº, de 15-1-2018

Início do Ano Letivo 2018.

DOE de 16/01/2018, Seção I, p. 47 – 48

Resolução SE 4, de 15-1-2018

Dispõe sobre a composição do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e de sua Equipe Técnica.

DOE de 16/01/2018, Seção I, p. 47

Revoga a **Resolução SE 29, de 16-05-2013**

Resolução SE 3, de 11-1-2018

Altera a composição do Comitê para planejamento de ações visando à implementação do Novo Ensino Médio, na rede estadual de ensino, criado pela **Resolução SE 56, de 23-11-2017**.

DOE de 12/01/2018, Seção I, p. 35

Resolução SE 2, de 11-1-2018

Altera a composição do Comitê para planejamento de ações visando à implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, no Estado de São Paulo, criado pela **Resolução SE 55, de 23-11-2017**.

DOE de 12/01/2018, Seção I, p. 35

Resolução SE 1, de 3-1-2018

Altera a **Resolução SE 82, de 16-12-2013**, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.

DOE de 04/01/2018, Seção I, p. 26

Resolução SE 76, de 28-12-2017

Dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual.

DOE de 29/12/2017, Seção I, p. 26

Revoga a **Resolução SE 70, de 21-10-2011**, e a **Resolução SE 64, de 11-12-2017**

Resolução SE 75, de 27-12-2017

Dispõe sobre fixação de metas do Idesp, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela **Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008**, para o exercício de 2017.

DOE de 28/12/2017, Seção I, p. 18 – 36

Resolução SE 74, de 27-12-2017

Institui o Programa InterAção e dá providências correlatas

Fica instituído, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa InterAção, destinado aos servidores readaptados da rede estadual de ensino, com a finalidade de planejar e executar ações que visem à promoção da saúde e à prevenção de agravos relacionados ao trabalho.

DOE de 28/12/2017, Seção I, p. 17 – 18

Resolução SE 73, de 27-12-2017

Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município.

DOE de 28/12/2017, Seção I, p. 17

Resolução 72, de 22-12-2017

Dispõe sobre Estágio Probatório e Avaliação Especial de Desempenho de titulares de cargo de Diretor de Escola.

Os critérios, procedimentos e competências para a realização da Avaliação Especial de Desempenho, dos servidores titulares de cargo de Diretor de Escola, para aquisição de estabilidade no serviço público estadual, em consonância com disposto na **Lei Complementar 1.256, de 6-1-2015**, e no **Decreto 62.216, de 14-10-2016**, ficam estabelecidos nos termos da presente resolução

DOE de 23/12/2017, Seção I, p. 37 – 38

Resolução SE 65, de 11-12-2017

Altera a **Resolução SE 72, de 22-12-2016**, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.

DOE de 12/12/2017, Seção I, p. 34

DOE de 29/12/2017, Seção I, p. 25 – 26 (Republicação)**Resolução SS - 105, de 27-12-2017**

Disciplina as condições para a realização de estágio curricular destinado a estudantes de cursos regulares de nível médio, médio profissionalizante e superior no âmbito da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas.

DOE de 28/12/2017, Seção I, p. 41

Revoga a **Resolução SS - 186, de 5/12/2008** e a **Resolução - SS 105, de 30-10-2012**

Resolução CC - 5, de 21-12-2017

Reestrutura a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA da Casa Civil

DOE de 22/12/2017, Seção, p. 05**Instrução CGRH-5, de 22-12-2017**

Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo de Diretor de Escola do Quadro do Magistério.

DOE de 23/12/2017, Seção I, p. 43 – 44**Portaria Conjunta CGRH-CGEB s/nº, de 13-12-2017**

Estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição de classes e aulas do letivo de 2018, nos termos da **Resolução SE 72, de 22-12-2016**, alterada pela **Resolução SE 65, de 11-12-2017**, republicada no D.O. de 29-12-2017.

DOE de 03/01/2018, Seção I, p. 25 (Republicação)**Portaria da Coordenadora CGEB, de 26-12-2017**

Dispõe sobre a cassação de autorização do Colégio Aprendiz, com os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, mantido por Colégio Aprendiz Ltda - ME, CNPJ 03.636.820/0001-62, localizado na Rua Getúlio Soares da Motta, 37, Bairro Capivari, Louveira, São Paulo.

DOE de 28/12/2017, Seção I, p. 40 – 41

<i>Legislação Federal</i>

Lei nº 13.620, de 15 de janeiro de 2018

Institui o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Educação a Distância.

DOU de 16/01/2018, Seção I, p. 1**Lei nº 13.601, de 9 de janeiro de 2018**

Regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia.

DOU de 10/01/2018, Seção I, p. 1 (Formato HTML)**Lei nº 13.605, de 9 de janeiro de 2018**

Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.

DOU de 10/01/2018, Seção I, p. 2 (Formato HTML)**Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018**

Altera a **Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006**, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

DOU de 08/01/2018, Seção I, p. 1 – 2 (Formato HTML)

Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

DOU de 03/01/2018, Seção I, p. 1 – 11 (Formato HTML)

Vide **Mensagem nº 1, de 2 de janeiro de 2018 (Veto)**

Lei nº 13.580, de 26 de dezembro de 2017

Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social.

DOU de 27/12/2017, Seção I, p. 6 (Formato HTML)

Portaria Interministerial MEC/MF nº 10, de 28 de dezembro de 2017

Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no exercício de 2018.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 14 – 16 (Formato HTML)

Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2017

Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e do Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 16 – 20 (Formato HTML)

Portaria Normativa MEC nº 24, de 21 de dezembro de 2017

Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2018.

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 40 – 41 (Formato HTML)

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 785 (Retificação)

DOU de 28/12/2017, Seção I, p. 15 (Retificação)

Revoga a **Portaria Normativa MEC no 26, de 21 de dezembro de 2016.**

Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017

Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 35 – 40 (Formato HTML)

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 785 (Retificação)

Revogam-se, ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos, a **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**, a **Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016**, a **Portaria Normativa nº 23, de 20 de dezembro de 2016**, a **Portaria Normativa nº 24, de 3 de dezembro de 2012**, e a **Portaria Normativa nº 10, de 18 de maio de 2017**

Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 de dezembro de 2017

Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 33 – 35 (Formato HTML)

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 785 (Retificação)

Revoga a **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**; a **Portaria Normativa no 18, de 10 de agosto de 2013** e a **Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013**

Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017

Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 29 - 33 (Formato HTML)

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 785 (Retificação)

Revoga os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 61-A, 61-B, 61-C, 61-D, 61-E, 61-F, 61-G, 61-H, 64, 65, 67 e 68 e o Anexo da **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**

Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017

Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 25 – 29

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 785 (Retificação)

Revoga **Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016**; a **Portaria Normativa MEC nº 20, de 13 de outubro de 2016**; a **Instrução Normativa SERES nº 4, de 31 de maio de 2013**; a **Instrução Normativa SERES nº 2, de 29 de julho de 2014**; e a **Instrução Normativa SERES nº 3, de 29 de julho de 2014**.

Portaria MEC nº 12, de 9 de janeiro de 2018

Acresce à composição do Fórum Nacional de Educação as entidades que menciona.

DOU de 10/01/2018, Seção I, p. 39 (Formato HTML)

Altera a **Portaria MEC nº 577, de 27 de abril de 2017**

Portaria MEC nº 421, de 9 de maio de 2014 (Íntegra)

Convoca a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e dá outras providências.

DOU de 16/05/2014, Seção I, p. 23

DOU de 07/07/2016, Seção I, p. 28 (Retificação)

DOU de 11/12/2017, Seção I, p. 37 (Retificação)

DOU de 12/01/2018, Seção I, p. 13 (Retificação)

Portaria MEC nº 4, de 4 de janeiro de 2018

Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as Unidades Escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos iniciais do ensino fundamental.

DOU de 05/01/2018, Seção I, p. 15 – 16

Portaria MEC nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 21 (Formato HTML)

Portaria MEC nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017

Atualiza o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica para o exercício de 2018.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 20 (Formato HTML)

Portaria MEC nº 1.591, de 27 de dezembro de 2017

Institui o Comitê da Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais - REDs, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.

Fica instituído o Comitê da Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais - CPI-RED, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do Programa de Inovação Educação Conectada e contribuir para que a Plataforma Integrada de REDs fomente o potencial da cultura digital na educação brasileira

DOU de 28/12/2017, Seção I, p. 15 (Formato HTML)

Portaria MEC nº 1.574, de 21 dezembro de 2017

Ficam divulgados os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica 2017, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria.

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 22 – 796

Portaria FNDE nº 922, de 21 de dezembro de 2017

Altera a **Portaria Nº 629, de 03 de agosto de 2017**, que aprova o Regimento Interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 787 – 789 (Formato HTML)

Portaria INEP nº 986, de 21 de dezembro de 2017

Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

DOU de 22/12/2017, Seção I, p. 49 – 59 (Formato HTML)

Revoga a **Portaria nº 2.255, de 25 de agosto de 2003**

Portaria CAPES nº 8, de 12 de janeiro de 2018

Aprova o Regulamento Geral para Projetos Internacionais, que estabelece normas referentes a programas de cooperação acadêmica internacional fomentados pela Diretoria de Relações Internacionais da Capes, constante como anexo desta Portaria

DOU de 17/01/2018, Seção I, p. 23 – 27 (Formato HTML)

Portaria CAPES nº 246, de 19 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a tramitação de recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior CTC-ES, nos termos do Decreto 8.977 de 30 de janeiro de 2017

Revoga a **Portaria nº 86, de 19 de abril de 2017**

DOU de 22/12/2017, Seção, p. 48 (Republicação) (Formato HTML)

Portaria SETEC nº 1, de 3 de janeiro de 2018

Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE.

DOU de 04/01/2018, Seção I, p. 10 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 13, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre análise do impacto fiscal e proposta de definição de taxas de juros elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 30 – 31 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 12, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a regulamentação dos aportes das Instituições de Ensino Superior no Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 29 – 30 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 11, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre o índice de preço oficial a ser utilizado pelas instituições de ensino para reajuste do valor total do curso durante a vigência do contrato no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 29 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 10, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a previsão da determinação da quantidade de vagas dos contratos de financiamento do Fundo de financiamento Estudantil (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 29 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 9, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre o processo seletivo do primeiro semestre de 2018 (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 26 – 29 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 8, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre as condições da garantia obrigatória do FG-Fies, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para contratos formalizados a partir do 1º semestre de 2018.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 26 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 7, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a regulamentação para concessão de financiamentos com recursos advindos dos fundos de desenvolvimento, fundos constitucionais, BNDES e outras receitas destinadas ao Programa de Financiamento Estudantil.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 25 – 26 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 6, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a regulamentação do boleto único e sua composição no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 25 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 5, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a definição do percentual de vinculação à renda durante a fase de amortização dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) formalizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 25 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 4, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a regulamentação da exigência de desempenho acadêmico para manutenção do financiamento concedido com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 25 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 3, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a definição dos descontos de caráter coletivo, regulares ou temporários, a serem considerados pelas instituições de ensino no que diz respeito ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 25 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 2, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a regulamentação dos aditamentos de renovação, transferência de curso ou de instituição de ensino, de suspensão temporária, de encerramento antecipado e de dilatação do período de utilização do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 24 – 25 (Formato HTML)

Resolução CG/FNDE nº 1, de 13 de dezembro de 2017

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 23 – 24 (Formato HTML)

Resolução FNDE nº 19, de 28 de dezembro de 2017

Estende o prazo para que os tutores do Programa de Educação Tutorial prestem contas dos recursos recebidos a título de custeio das atividades do grupo sob sua responsabilidade.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 31 (Formato HTML)

Resolução FNDE nº 1, de 11 de janeiro de 2018

Altera a **Resolução CD/FNDE no 11, de 6 de setembro de 2017**, que estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017, e a **Resolução CD/FNDE no 13, de 21 de setembro de 2017**, que estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Projovem Campo - Saberes da Terra e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017.

DOU de 12/01/2018, Seção I, p. 17 (Formato HTML)

Resolução FNDE nº 18, de 27 de dezembro de 2017

Autoriza a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais e estaduais do estado do Rio de Janeiro, para apoiar a realização, especialmente nos finais de semana, de atividades complementares de acompanhamento pedagógico e/ou nos campos das artes, cultura, esporte e lazer, no âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios.

DOU de 28/12/2017, Seção I, p. 14 – 15 (Formato HTML)

Resolução FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico, em conformidade com o Programa Novo Mais Educação.

DOU de 26/12/2017, Seção I, p. 789 – 790 (Formato HTML)

Revoga a **Resolução FNDE no 5, de 25 de outubro de 2016** e a **Resolução FNDE no 9, de 19 de julho de 2017**

Resolução SESu/CNRM nº 35, de 9 de janeiro de 2018

Altera a **Resolução CNRM nº 2/2015** que adequa a legislação da Comissão Nacional de Residência Médica ao art. 22 da **Lei 12.871/2013**, acerca do processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica.

DOU de 17/01/2018, Seção I, p. 28 (Formato HTML)

Resolução CNRMS nº 1, de 3 de janeiro de 2018

Dispõe sobre transferência de médicos residentes nos Programas de Residência Médica no Brasil.

DOU de 05/01/2018, Seção I, p. 18

Resolução CNRMS nº 2, de 27 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a transferência de profissionais residentes de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 31 – 32 (Formato HTML)

Revoga a **Resolução CNRMS nº 2, de 2 de fevereiro de 2011**

Resolução CNRMS nº 1, de 27 de dezembro de 2017

Dispõe sobre o número de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, cursados por egressos de programas.

DOU de 29/12/2017, Seção I, p. 31 (Formato HTML)

Instrução Normativa INEP nº 2, de 22 de dezembro de 2017

Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da **Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017** que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

DOU de 27/12/2017, Seção I, p. 41 – 42 (Formato HTML)

Torna sem efeito a publicação da **Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2017**

Despacho SERES nº 252, de 27 de dezembro de 2017

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Substituto, no exercício de suas atribuições previstas no 9.005, de 14 de março de 2017, considerando o disposto na **Portaria nº 20, de 21 de dezembro de 2017**, publicada no DOU nº 245, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25/29, inclusive como motivação, nos termos do art. 50, do §1º, da Lei nº 9.784, de 1996, resolve revogar a **Instrução Normativa nº 1/2017**, publicada no DOU nº 40, de 24 de fevereiro de 2017, Seção 1, Páginas 17/18 (Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, na modalidade presencial.).

DOU de 28/12/2017, Seção I, p. 21 (Formato HTML)

Edital SESU nº 2, de 11 de janeiro de 2018

Torna público o cronograma e demais procedimentos relativos ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos - Prouni referente ao primeiro semestre de 2018

DOU de 15/01/2018, Seção 3, p. 43 – 44

Pesquisas, Estatísticas

Pesquisa mostra que quem tem nível superior consegue maior retorno por educação

Para o nível médio vantagem diminui, já que empresas estão cada vez mais exigentes
O acesso à educação vem melhorando no Brasil. Estudo inédito do diretor da FGV Social, Marcelo Neri, comprova isso: em 1996, 70% dos filhos permaneciam com a mesma educação dos pais; em 2014, essa parcela caiu para 47%. Essa melhora, no entanto, não se deu da mesma forma em todos os níveis. O chamado prêmio por educação – o quanto uma pessoa ganha a mais por ano de estudo – aumentou para quem foi à universidade e completou 16 anos de estudo, passando de 193%, em 1996, frente a quem não tem instrução, para 203% em 2014. Já para quem tem apenas o ensino médio (11 anos de estudo), essa vantagem caiu de 114%

para 68,8%, na mesma comparação. Na média, o retorno por educação recuou de 12% para 10,5% no período. Esse movimento reflete tanto o fato de mais jovens completarem o ensino médio quanto a tendência de as empresas exigirem uma escolaridade cada vez maior.

O Globo

IBGE: 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos não frequentam escolas no País

As razões mais frequentes para não estarem estudando foram por motivo de trabalho, seja porque trabalhava, estava procurando trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve (41%); não tinha interesse em continuar os estudos (19,7%); ou por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais (12,8%)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2016 divulgada hoje (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos de idade não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional no ano passado.

Agência Brasil

Vide também:

Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE - Número corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais

Ensino básico tem 73,5% dos alunos em escolas públicas, DIZ IBGE - No ensino superior essa relação se inverte, com maior presença da rede privada

Evitar evasão escolar é um dos principais desafios do País, dizem especialistas

Mais da metade da população acima de 25 anos tem apenas o ensino fundamental

De acordo com a Pnad Contínua 2016, pouco mais de metade (51%) da população de 25 anos ou mais tinha apenas o ensino fundamental completo em 2016. O presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Eduardo Deschamps, afirma que o País perde produtividade e competitividade em nível global, a cada geração sem formação adequada.

O Globo

Maior problema da educação no País é manter jovens na escola

Evasão atinge 13% dos brasileiros que têm entre 15 e 17 anos de idade

Os novos dados divulgados nesta quinta-feira pelo IBGE reforçam um diagnóstico já conhecido da educação brasileira: nosso principal problema hoje não é atrair a criança e o jovem para a escola, mas mantê-los estudando. Pelos dados de 2016, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, o percentual de brasileiros sem estudar é de apenas 0,8%. Por mudanças na metodologia da pesquisa, os dados não podem ser comparados com precisão com anos anteriores, o que é um fato a lamentar, pois a Pnad é uma importante fonte de monitoramento de vários indicadores educacionais. Mas, apenas para dar uma ideia da dimensão de um problema que já foi muito mais grave, em 1992, os indicadores da Pnad registravam um percentual de 16% das crianças nessa mesma faixa etária sem estudar. Os dados de 2015, que podem ser comparados aos de 1992, já indicavam que este percentual havia caído para 1,4%.

O Globo

Plano Nacional de Educação - PNE

Plano Nacional de Educação é tema de série de webinários

Projeto "De Olho no PNE", parceria da Jeduca com o Todos Pela Educação e o Observatório do PNE, começa na terça-feira (16/1) com debate sobre a importância institucional do PNE e os desafios para implementá-lo

A Jeduca inicia na terça-feira (16/1) uma série mensal de webinários sobre o Plano Nacional de Educação, em parceria com o movimento Todos Pela Educação e o OPNE (Observatório do PNE). O objetivo básico do projeto "De Olho no PNE" é contribuir para qualificar a cobertura jornalística de educação. A cada mês, diferentes convidados vão debater sobre o PNE e suas 20 metas. Os jornalistas também vão receber informações sobre o uso da plataforma do OPNE, criada para facilitar o acompanhamento da execução do Plano.

Jeduca

Política, Projetos

CAE votará projeto que destina metade de royalties do pré-sal ao Fundeb

Projeto de Lei do Senado de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho já foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Projeto que destina ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) 50% da parcela da União dos royalties do petróleo destinada à educação está em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá a decisão final do Senado.

Agência Senado

Assembleia Legislativa de SP aprova lei que isenta refugiados de taxas para revalidar diplomas

Após mais de um ano de tramitação, a Alesp aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 557/2016, que prevê que pessoas refugiadas deixem de arcar com o pagamento de taxas de revalidação de diplomas nas universidades estaduais paulistas. Legislação contempla certificados de graduação, mestrado e doutorado

Após mais de um ano de tramitação, a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 557/2016, que prevê que pessoas refugiadas deixem de arcar com o pagamento de taxas de revalidação de diplomas nas universidades estaduais paulistas. Legislação contempla certificados de graduação, mestrado e doutorado. Custos com processo de autenticação podem chegar até 20 mil reais.

ONU

Comissão é favorável à criação do Conselho Estadual da Juventude

Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável à proposta que prevê a criação do Conselho Estadual da Juventude. O conselho pretende promover uma maior participação dos jovens na criação de políticas públicas. A reunião, presidida pela deputada Célia Leão (PSDB), foi realizada na última quarta-feira (20/12).

DOE PL de 22/12/2017, p. 2

Universidades Estaduais Paulistas

Estudo realizado na USP sugere alternativas de avaliação do Ciência sem Fronteiras

Artigo publicado na Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais propõe uma investigação das relações entre as instituições e os pesquisadores que enviaram e receberam estudantes do programa para verificar como a mobilidade acadêmica internacional pode ser um incentivo à colaboração científica

O programa Ciência sem Fronteiras (CsF) concedeu, entre 2011-2016, bolsas de intercâmbio a mais de cem mil brasileiros e buscou atrair pesquisadores do exterior para o Brasil. A iniciativa

ainda carece de dados que demonstrem os impactos do programa. Um estudo realizado na USP, publicado no final de dezembro na Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, propõe novas abordagens para avaliar como o programa influenciou a produção de conhecimento e a colaboração científica internacional.

Jornal da Ciência

O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP

“Os alunos cotistas encontrarão uma USP ainda pouco preparada para recebê-los e ainda com a ideologia da meritocracia e de pensamento elitista”, comenta Ricardo Alexino Ferreira, professor da Escola de Comunicação e Artes e membro da Comissão de Direitos Humanos da USP

Após resistir por décadas em adoção do sistema de cotas raciais, a USP finalmente cedeu, no ano passado, através das congregações das unidades e do Conselho Universitário, e introduziu políticas afirmativas na Fuvest 2018 e Sisu. Provavelmente, a composição étnica da USP nos seus diferentes campi tenderá a ser mais diversificada, a partir deste ano.

Jornal da USP

Para futuro reitor da USP, o desafio será aproximar mais a USP da sociedade e do governo

Em entrevista, o engenheiro Vahan Agopyan fala sobre as oportunidades e os desafios da nova gestão da USP que assumirá em 25 de janeiro

Em 25 de janeiro, o engenheiro Vahan Agopyan assumirá a tarefa de gerir a USP e será o 27º reitor da maior universidade pública do Brasil. Nascido na Turquia e naturalizado brasileiro, Agopyan já foi chefe do Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica (Poli) da USP, assim como diretor da Escola e, também, diretor-presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), conselheiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Coordenador de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Jornal da USP

Universidades Públicas Brasileiras

Excelência acadêmica requer custeio público

As boas universidades no Brasil custam pouco, caro mesmo é não saber criar conhecimento. Artigo de Fernanda de Negri, Marcelo Knobel e Carlos Henrique de Brito Cruz, respectivamente, técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reitor da Unicamp e diretor científico da Fapesp, para o Estadão

A crise fiscal dos Estados e da União e de várias universidades importantes tem suscitado um debate sobre modelos de financiamento da universidade e da pesquisa científica no País. O debate é bem-vindo, assim como a proposição de alternativas que possam impulsionar a formação de pessoas e a produção de conhecimento no Brasil.

O Estado de S. Paulo

Guerra às universidades públicas visa esterilizar a inteligência brasileira

“Me parece inevitável que qualquer intenção de enfiar a cabeça na areia por parte das comunidades universitárias e das múltiplas associações científicas seja substituída por uma forte disposição de defender as universidades públicas”, afirma Marcos Pedlowski, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense em Campos dos Goytacazes, RJ

Por diversas vezes um leitor deste blog postou comentários me inquirindo sobre o lugar que as universidades públicas brasileiras teriam (ou não teriam para dizer a verdade) numa sociedade cujas elites insistem em manter a economia atada à herança colonial de exportação de

produtos agrícolas e minerais. Em função de muitas outras pautas, nunca me detive para oferecer meus pitacos a essa interessante indagação.

Blog do Pedlowski (JC)

Pacto pela Universidade

Cobrar de quem pode pagar seria pouco relevante para o orçamento dessas instituições, afirma Tatiana Roque, professora da UFRJ e coordenadora da campanha Conhecimento Sem Cortes. A universidade pública está em questão. O Banco Mundial reforça as sucessivas propostas de cobrança de mensalidades, com o argumento de que a gratuidade favorece os mais ricos. Já se mostrou que dois terços dos alunos das federais vêm das classes D e E — logo, cobrar de quem pode pagar seria pouco relevante no orçamento dessas instituições. Já se observou que nada é mais regressivo do que nosso sistema tributário — os mais ricos contribuem menos e mudar isso geraria maior arrecadação do que mensalidades. Ainda assim, permanece a disposição de levar a ideia adiante.

O Globo

Usos e abusos dos números

Artigo de Hedibert Lopes, do Insper, e Tatiana Roque, da UFRJ, sobre os gastos com ensino superior público, para o jornal Valor Econômico

A regressividade dos gastos com ensino superior público é apontada frequentemente como justificativa para a cobrança de mensalidades. O relatório recente do Banco Mundial afirma, por exemplo, que 65% dos estudantes das universidades federais estão entre os 40% mais ricos. Quem são esses “mais ricos”?

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 mostram que nesse grupo de 40% “mais ricos” estão pessoas com renda per capita média de R\$ 960,00. O Banco Mundial não define a partir de que renda se pode designar um grupo como o dos mais ricos, nem justifica o foco nos 40%. Poderíamos selecionar os 30% mais ricos, que ganham acima de R\$ 1.200,00; ou os 20%, que ganham acima de R\$ 1.700,00. A renda média desses grupos difere pouco. De fato, a distância só aumenta quando selecionamos os 10% mais ricos.

Valor Econômico

*Conselho Estadual de Educação de São Paulo
Centro de Documentação e Biblioteca
Prof. José Mário Pires Azanha*